



UMA DAS HISTÓRIAS ESQUECIDAS: PERNAMBUCO E AS GREVES URBANAS DE 1979

Rafael Leite Ferreira ¹

RESUMO

Apesar do grande número de publicações existentes sobre a retomada do movimento grevista no Brasil no final da década de 70 e início de 80, evidencia-se duas grandes tendências nas análises dos cientistas sociais: primeiro, a marginalização e/ou esquecimento dos “estudos regionais”, e, segundo, uma recorrência de estenderem ao restante do país as análises dadas aos eventos ocorridos no eixo RJ-SP. Em caminho inverso às essas análises, apresentamos o presente trabalho que tem como objetivo analisar o (res)surgimento das greves urbanas em Pernambuco no ano de 1979. Com este trabalho, procuramos mostrar que a retomada do movimento grevista não foi exclusividade do eixo RJ-SP. No Estado de Pernambuco, por exemplo, foram deflagradas inúmeras greves em diversas categorias (médicos, professores, motoristas e eletricitários). Essas greves, ao enfrentarem o governo e/ou patrões, tornaram-se importantes para a luta dos trabalhadores pernambucanos, pois, ao mesmo em que furaram o cerco montado pelo regime militar, trouxeram esses indivíduos de volta à cena política e à luta pela democracia que se desenhava no país.

Palavras-chave: trabalhadores, movimento sindical, historiografia.

ABSTRACT

Despite the great number of publications on the retaking of the strike movement in Brazil in the late 70's and early 80's, we perceive two major trends in the analysis of the social scientists: firstly, the exclusion and/or neglect of the “regional studies” and secondly, a recurrence in extend to the country the analysis about the region RJ-SP. In the opposite direction of this analysis, we undertook the present work that has objective to analyze the resurgence of urban strikes of 1979 in Pernambuco. This work seeks to show that the retaking of the strike movement was not unique to the region RJ-SP. In Pernambuco, for example, were sparked numerous strikes in various categories (doctors, teachers, drivers and electricians). These strikes, fighting against the government and/or employers, were important for the workers' struggle in Pernambuco, because at the same time broke the siege of military dictatorship and brought these individuals back to political scene and the struggle for democracy that appeared in the country.

Keywords: workers, trade union movement, historiography.

INTRODUÇÃO

“O melhor o tempo esconde

¹ Graduado em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa “Poder e relações sociais no Norte e Nordeste” (CNPq). E-mail: rafaleferr@hotmail.com



Longe muito longe”
(*Trilhos urbanos*, Caetano Veloso, 1979)

Embora atualmente exista uma boa quantidade de produção acadêmica a respeito do (res)surgimento do movimento grevista no país, durante o final da década de 70 e início de 80, percebemos que há ainda uma profunda restrição apresentada por essas obras quanto ao espaço histórico a ser analisado. No geral, constatamos que há uma tendência recorrente dos cientistas sociais estenderem alguns eventos e/ou conceitos ao restante do “Brasil” o que, na maioria das vezes, corresponde apenas a uma parte do país. Esses autores deram especial atenção às greves ocorridas na região do ABC paulista e, em certo sentido, jogaram as outras regiões do país ao esquecimento.

Ao analisar essa situação, Silvia Regina Ferraz Petersen ressaltou a vital importância dos “estudos regionais” – entenda-se por regional, muito simplesmente, a história construída nos limites dos estados da federação – para desfazer certos estereótipos historiográficos e levar as investigações a respeito das greves a um patamar nacionalmente mais representativo ou localmente mais específico. Para ela, os “estudos regionais” podem enriquecer substancialmente “[...] a compreensão de alguns processos ou circunstâncias, iluminando de modo distinto o que foi produzido e talvez contribuindo de alguma forma para entender as complicadas relações do particular com o geral, do regional com o nacional”².

As considerações de Silvia Petersen são importantíssimas uma vez que, embora a ação das greves tenha se dado de maneira mais intensa na região do ABC paulista, ela não ficou restrita a esta região do país. Em pouco tempo, as greves se espalharam pelo território brasileiro, ganhando formas e características particulares de acordo com a estrutura da economia e com o estágio de organização dos trabalhadores em cada região do país. No Estado de Pernambuco, por exemplo, devido à densidade da mão-de-obra empregada e o peso na economia nacional serem muito menor do que na região do ABC paulista, as greves se deram de maneira e sob condições históricas bem diversas de outras regiões do país. Em Pernambuco, a deflagração das greves urbanas no final dos anos 70 ocorreu de maneira muito singular/peculiar. Isto é, em Pernambuco, as greves não surgiram no ano de 1978, não despontou à cena pública a partir dos setores de ponta da indústria local, tampouco seguiu as

² PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995. p. 133-134.



mesmas negociações e os mesmo fluxos e refluxos do movimento ocorrido na região do ABC paulista.

Se, então, o movimento grevista ocorreu de maneira singular em cada região, fica mais do que evidente o equívoco de analisar as greves a partir de uma perspectiva universalizante. Como argumentou um líder sindical pernambucano: “São Bernardo não é o Brasil”³. As análises homogeneizadoras, ao englobarem históricos muito distintos e defini-los a partir de um mesmo conceito, perdem de vista as particularidades do movimento, as especificidades conjunturais, o que acaba, portanto, por impossibilitar a recuperação do evento em sua plena historicidade.

A retomada do movimento grevista pós-64 iniciou-se, em 1978, na região do ABC paulista. Neste ano, com exceção da greve dos professores primários e secundários na Bahia, as demais greves se concentraram no centro-sul do país (MG, RJ, PR, DF e RJ). No ano de 1979, por outro lado, a onda grevista não ficou restrita ao centro-sul do país. Como uma mancha de óleo que rapidamente se espalha ao mar, em pouco tempo, as greves espocaram por quase todo o território brasileiro, agregando novas categorias, novos estados, novas formas de atuação, novas categorias, novos grupos. Pernambuco não fugiu à regra. Neste estado, foram deflagradas diversas e importantes greves. Nas palavras de um grevista, por exemplo: “O que ninguém pode negar é que este movimento por melhores salários transformou-se na mais importante manifestação política da cidade, no momento”⁴. Com base em material documental, especialmente da fonte jornalística da época, analisaremos, portanto, o (res)surgimento das greves urbanas em Pernambuco no ano de 1979, acompanhando, na medida do possível, a seqüência dos fatos ocorridos nesta região.

“DESESUQUECENDO” UMA HISTÓRIA

Todos os anos, a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) convocava a categoria para uma Assembléia Geral a fim de discutir os índices de aumento salarial que achavam “justos” para aquele ano. Cooptados, ludibriados ou

³ Depoimento anônimo citado por: SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984, p. 104.

⁴ QUEIXA DE MESTRE é contra Maciel. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 12, 24 jun. 1979.



pressionados pela associação, no geral, os índices reivindicados eram baixíssimos, assim sendo todos aceitos pelo Governo do Estado. O “peleguismo”, isto é, a aliança de interesses entre a APENOPE e o governo, era uma constante durante o período em que vigorou o regime militar em Pernambuco. A assembléia do ano de 1979, realizada no dia 11 de abril, poderia ter seguido o mesmo rumo de todos os anos. Mas não o fez. Logo no início da assembléia, a diretoria da APENOPE notou algo diferente para aquele ano. Os professores estavam agitados, manifestando, com coragem, ousadia, humor e criatividade, suas insatisfações com os problemas que os afligiam, como os baixos salários, as precárias condições de trabalho e a posição “pelega” de sua associação.

A diretoria da APENOPE estava sem entender. O que tinha mudado o comportamento dos professores? Por que tantas discussões paralelas ao microfone e vaias para a mesa diretora? Por que, a cada cinco minutos, um professor se levantava e proferia um discurso contra a associação, encerrando sempre com a frase: “Abaixo Leônidas”? De fato, o clima estava diferente. Os professores não eram os mesmos. Algo tinha mudado. A diretoria sem entender a situação perguntava-se o que estava fazendo a “cabeça” dos professores? Por que estavam tão inquietos, tão críticos? Qual grupo ou quem estava por trás? A diretoria da APENOPE ainda não tinha percebido, mas, de fato, o vento grevista do centro-sul do país se aproximava. O sentimento de audácia, de romper o silêncio, de lutar contra a opressão, de deflagrar uma greve já estava presente na mente e no coração de muitos professores. O seu desencadear, na verdade, era uma apenas uma questão de tempo. Naquele contexto, para muitos professores, era necessário assumir uma postura mais “combativa” diante do governo. Era necessário “partir pro pau”, ou seja, fazer igual à atitude dos trabalhadores em outras regiões do país. Era necessário, portanto, ter a primeira experiência de uma greve.

Influenciados pela postura que os docentes da rede oficial estavam desempenhando diante das circunstâncias do período, os professores do ensino particular de Pernambuco decidiram também se mobilizar a fim de reivindicar melhores condições de salário e trabalho. Uma das primeiras atitudes da categoria foi a divulgação de uma carta aos pais e à população em geral, no dia 10 de maio de 1979, onde mostravam a situação vexatória do sistema particular de ensino e as razões pelas quais poderiam entrar em greve a qualquer momento. No dia 16 de maio foi realizada a I Assembléia Geral dos professores da rede particular de Pernambuco. Mesmo contra a vontade do sindicato, após horas de discussão e votação, os



professores decidiram entrar em greve. No entanto, ficou decidido que esta se daria dentro das *bases legais*⁵. Ou seja, os docentes teriam uma nova assembléia no dia 25 e poderiam depois paralisar as atividades a partir do dia 30, quando teriam cumprido o prazo determinado pela Lei 4.330/64, que regula a atividade dos grevistas.

Embora os professores tanto da rede oficial quanto privada estivessem, há mais de um mês, se mobilizando e se organizando, através da realização de diversas assembléias e discussões, para a deflagração de uma greve, a primeira categoria profissional urbana a entrar em greve no Estado de Pernambuco no pós-64 foi a dos médicos residentes. Na terça-feira do dia 22 de maio, no chamado “Dia Nacional pela Carteira Assinada”, 270 médicos residentes dos hospitais do Recife paralisaram a suas atividades por 24 horas, nos hospitais Barão de Lucena, Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas, Pedro II, Oswaldo Cruz e Hospital do Câncer, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para as suas reivindicações. Compreendendo a residência como atividade profissional e ao mesmo tempo forma de especialização, em nível de pós-graduação, os residentes exigiram o cumprimento da legislação trabalhista que lhes assegurava o direito a férias, licença para gestante, taxa de insalubridade, fundo de garantia e seguro contra acidentes de trabalho, além da principal reivindicação que era a assinatura da carteira profissional⁶.

Com exceção da própria categoria, a realização desta greve foi uma surpresa. Pegou de surpresa diversos setores da sociedade: o governo, o sindicato, os diretores dos hospitais, os meios de comunicação, a população etc. A duração da greve foi curta. Apenas um dia. Mas isto não tira o mérito dos residentes. O fato de os residentes cruzarem os braços, encerrarem suas atividades – mesmo que por um dia – e colocarem suas reivindicações sobre a mesa de negociações já é um fato por si só significativo. Esta greve foi extremamente importante para o processo de “liberalização” do período, por diversos motivos: a) pela importância de ter sido a primeira greve no Estado de Pernambuco no pós-64; b) pelo caráter de “advertência” que a sua deflagração assumiu. Esta greve foi uma demonstração de que os médicos residentes existiam como classe e que, portanto, a qualquer momento, poderiam paralisar as suas atividades e enfrentar o governo; c) pela ousadia de ter rompido o silêncio e o medo e ter lançado as críticas e as reivindicações em direção ao Estado, mesmo este estando dentro de

⁵ TRÊS MIL professores irão à greve dia 1º. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 17 mai. 1979.

⁶ EM GREVE médicos de seis hospitais. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 22 mai. 1979.

um regime autoritário bastante repressivo; d) por ter representado, para os envolvidos no movimento, uma “prova de união e de coesão” da categoria ⁷.

Como determinado em lei, no dia 25 de maio, os professores da rede privada realizaram-se uma nova assembléia a fim de deliberar a respeito da decretação ou não da greve da categoria. Após horas de votação, às 22 h, saiu o resultado: “*O Leão do Norte acordou. Os professores estão em greve*” ⁸. Dos 502 professores que compareceram à votação 487 votaram a favor da greve. Mesmo que os professores da rede particular tenham decidido, através de assembléia, entrar em greve, uma vez que esta estava se dando pelas vias legais, estes docentes teriam que esperar um prazo a mais de cinco dias para a decretação da greve. Nunca é demais lembrar que, pela legislação vigente, os patrões teriam ainda cinco dias para poder atender as reivindicações e impedir a entrada dos professores em greve. Sob as bases legais, se decorrido o prazo dos cinco dias não houvesse acordo, os professores da rede privada poderiam decretar greve no dia 30 de maio. É importante aqui destacar que, durante esse período, não apenas os professores estavam tentando se mobilizar – mesmo que à revelia de suas entidades –, mas também diversas outras categorias profissionais em Pernambuco, entre as quais cabe destacar a dos motoristas de ônibus da RMR. Desde os primeiros meses do ano de 1979, um pequeno grupo de motoristas estava agindo silenciosamente nos interiores das empresas, “incitando” e “convencendo” os demais trabalhadores a deflagrarem uma greve a fim de reivindicarem soluções para os problemas da categoria.

A partir da iniciativa do “trabalho silencioso” deste pequeno grupo de motoristas, rapidamente outros funcionários foram se juntando à mobilização e, cada vez mais, compartilhando da idéia da deflagração de uma greve o mais breve possível. Após inúmeras conversas “clandestinas” no interior das empresas com diversos funcionários, o grupo de motoristas que estava liderando a mobilização da categoria definiu uma data para a deflagração da greve: a segunda-feira do dia 28 de maio ⁹. Rapidamente a notícia da deflagração dessa greve se espalhou entre os trabalhadores. Ao saber da notícia, o presidente do sindicato, Manoel Luís Ferreira prontamente elaborou e distribuiu um edital convocando os associados para uma Assembléia Geral Extraordinária no dia 27 de maio (um dia anterior à

⁷ MÉDICOS OUVEM ameaça do reitor. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 23 mai. 1979.

⁸ PROFESSORES PERNAMBUCANOS decretam greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 25 mai. 1979.

⁹ MOTORISTAS QUEREM parar ônibus no Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 25 mai. 1979.

deflagração da greve). A idéia do presidente com a realização desta assembléia era desmobilizar a categoria, fazer com que eles desistissem da deflagração de uma greve e se pautassem apenas a dirigir um memorial reivindicatório a ser enviado ao governador.

Durante a assembléia do dia 27, o presidente do sindicato conseguiu convencer os motoristas a não entrarem em greve, pois teria marcado uma reunião com representantes da classe patronal e dos empregados para o dia seguinte no DRT. No dia da reunião, o presidente do sindicato dos motoristas entregou a ata da assembléia realizada no dia anterior, contendo as principais reivindicações acordadas pela categoria. Dentre as principais reivindicações, cabe destacar: em primeiro lugar, igualdade de condições e salários com os motoristas que trafegavam nas linhas interestaduais. Isto é, os motoristas de ônibus do RMR queriam passar de Cr\$ 2.500 para Cr\$ 5.900, correspondendo assim ao alto custo de vida do momento; e em segundo lugar, redução da jornada de trabalho para seis horas, uma vez que a jornada em vigor (oito horas), pelos problemas que enfrentavam no trânsito, provocava um considerável esgotamento físico e mental. Após a longa explanação do delegado sob os trâmites jurídicos das leis no país, Félix Cardoso da Silva, um motorista da Empresa Pedrosa que estava presente na reunião, retrucou: “*A greve é ilegal. E a fome, doutor, é legal?*”. Exibindo um vale no valor de Cr\$ 5,00 para o lanche concedido pela empresa quando os funcionários necessitavam fazer horas-extras, o motorista indagou: “*O Senhor acha que dá para alguém lanchar com essa quantia? A zero hora vamos para a garagem e como não há condução para voltar para casa, o jeito é dormir nos bancos dos ônibus. Pela manhã temos que ir em casa trocar de roupa e dar satisfações à família*”. No final de seu discurso ainda disparou: “[...] *não importa que seja ilegal ou não. O que não podemos é ficar restringidos a salários de fome*”¹⁰. Após três horas de reunião, as partes envolvidas chegaram a um acordo. Este foi o seguinte: ficou decidido a não deflagração da greve e um acréscimo salarial de 17% a partir do dia seguinte e 63% dentro de 30 dias. No final da tarde, diversos motoristas se dirigiram à sede do sindicato para saber o resultado da reunião na DRT. Ao saberem do acordo realizado, inúmeros deles discordaram e afirmaram que iriam à greve de qualquer maneira. Esta atitude foi condenada pelo sindicato. “[...] *qualquer movimento que surgir será de responsabilidade dos motoristas e não do sindicato*”¹¹.

¹⁰ MOTORISTAS DE ônibus não abrem mão dos 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 30 mai. 1979, grifo nosso.

¹¹ MOTORISTA CONSEGUE os 80% e suspende greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 31 mai. 1979.



Na noite deste mesmo dia foi realizada a IV Assembléia Geral dos professores da rede oficial. Na ocasião, os professores – mesmo que à revelia da APENOPE e assumindo os riscos do caráter da “ilegalidade” do movimento – decidiram se juntar à greve que iria ser deflagrada pelos professores da rede privada no dia 30. Com a entrada dos professores da rede oficial, o movimento passou de 12 mil para 42 mil grevistas ¹². Como se pode perceber, diferentemente da região do ABC paulista em que as lideranças sindicais tomaram à frente do movimento grevista –, em Pernambuco, a deflagração das greves urbanas ocorreu sem a participação e o apoio das entidades sindicais. Na busca de tentar organizar a deflagração da greve – além, é claro, de garantir a sua própria continuidade – os professores aprovaram, nesta mesma reunião do dia 28, a formação de quatro comissões, além da criação do *Comando Geral de Greve*. No final da assembléia, enquanto os professores da rede oficial saíam em passeata pelas ruas do centro do Recife – com a presença também de alguns professores da rede privada –, a APENOPE distribuía uma nota oficial à população desautorizando e excluindo-se da greve dos professores. Sobre a posição da APENOPE, um dos professores comentou: *“Nossa greve é justa e legítima. Enquanto não for decretada a sua ilegalidade pelos órgãos competentes, ela é mais do que legal. Mesmo não contando com o apoio do presidente da associação representativa da classe, que tirou o corpo fora”* ¹³.

Como se pode perceber, enfrentando o governo, fazendo “letra morta” à legislação vigente no período, a deflagração da greve dos professores rompia direta e praticamente com o Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, que proibia greves nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. No caso dos professores da rede particular, diversos deles estavam contestando o caminho “legal” que o movimento estava seguindo. Um professor declarou, por exemplo, que, mesmo já estando em greve há dias, de nada estava adiantando o fato de serem os únicos no país a cumprirem fielmente todos os ditames da “Lei de Greve”: *“[...] uma vez que os que não seguem a lei estão conseguindo com maior rapidez e êxito o que reivindicam”*, e citou a greve dos motoristas como exemplo ¹⁴.

Enfim, é chegado o dia 30 de maio. Após meses de mobilização e organização da categoria e, mais importante ainda, após anos de “silêncio”, finalmente os professores tanto da rede oficial quanto privada iniciam a sua primeira paralisação/manifestação contra o governo

¹² 42 MIL professores entrarão em greve a partir de amanhã. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 9, 29 mai. 1979.

¹³ PROFESSORES PARAM hoje as escolas particulares. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 7, 30 mai. 1979.

¹⁴ PROFESSORES QUEREM devassa na Apenope. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-28, 3 jun. 1979.

e/ou os patrões pós-64. A situação era inusitada. Em plena quarta-feira, escolas de portas fechadas, professores de braços cruzados e alunos em casa. Nem os patrões, nem o próprio governo sabiam como enfrentar aquela situação. A iniciativa dos professores em enfrentar os patrões e/ou governo, romper o silêncio, assumir os riscos e deflagrar uma greve, de fato, surpreendeu muita gente. Para muitos, o dia 30 tinha sido um dia de vitória, louco, enigmático, rebelde, mítico, inesperado, o início de uma nova história para os professores no Estado. De fato, adjetivos não faltavam. Contudo, aos que tinham se surpreendido com o dia 30 apenas pela iniciativa dos professores, este dia ainda escondia outras movimentações. O dia ainda tinha muito a revelar. Segundo informações do JC, durante a noite do dia 30 de maio, um ônibus cheio de motoristas e cobradores parou em vários pontos do centro do Recife avisando à população que a categoria entraria em greve no dia seguinte ¹⁵. Um repórter do DP, que passava pelo momento, indagou se haveria forças estranhas por detrás da paralisação. Na mesma hora, ouviu de um motorista: “*A força estranha é a fome*” ¹⁶. Após correrem várias ruas do centro, esses motoristas se dirigiram de madrugada às portas das empresas para formarem piquetes, impedindo assim que outros motoristas retirassem os ônibus para o tráfego pela manhã. Os motoristas que chegavam às garagens por volta das 3h encontrando os demais motoristas de braços cruzados foram também se juntando ao movimento. Para conter a situação, a polícia foi acionada e logo nas primeiras horas do dia 31, 1.500 policiais militares saíram às ruas e entraram em ação nas proximidades das garagens, efetuando prisões – cinco no total –, reprimindo e revistando os motoristas.

É importante aqui destacar que de todas as greves ocorridas no Estado de Pernambuco no ano de 1979, a greve dos motoristas foi a que houve a maior repressão. Enquanto que, nas outras greves, a ação policial se deu, na maioria das vezes, em casos isolados, na greve dos motoristas, a utilização da força da repressão foi muito presente. Vários motoristas foram revistados, espancados e/ou presos, piquetes desmanchados etc. Para defender os lucros de suas empresas, desde as primeiras horas do início da greve, os empresários solicitaram socorro ao poder coercitivo do Estado para pôr fim às manifestações dos motoristas. A frase de Carlos Alberto Gueiros, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros demonstra, em certo sentido, a posição da classe patronal ante essa greve: “*A greve dos motoristas é uma perturbação da ordem pública. É mais um problema da polícia*

¹⁵ GREVE CONTINUA e PM garante tranqüilidade. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 1 jun. 1979.

¹⁶ Ibid.

do que do governo. Legalmente ela não existe o que há é um movimento rebelde, vítima de uma liderança desastrosa”¹⁷.

No dia 31 de maio, o RMR amanheceu com duas greves. Enquanto os professores entravam em seu segundo dia de greve, os motoristas de ônibus estavam ainda organizando o movimento, tentando conquistar mais trabalhadores nas portas das garagens. Apesar da intensa repressão policial ao movimento, os motoristas não se acovardaram e continuaram com a greve. A situação no centro do Recife era bastante tensa: ônibus parados nas garagens, imensas filas nos pontos de ônibus, pessoas invadindo os trens e outras sendo levadas para casa em caminhões usados para transportes animais¹⁸. Com descreveu o JC:

O centro da cidade era um verdadeiro pandemônio durante a tarde de ontem, com filas quilométricas nos pontos de ônibus e um comportamento neurótico por parte dos populares que corriam atrás de qualquer veículo disponível. Algumas pessoas atiravam-se sobre os carros que a prefeitura colocou à disposição da população enquanto não se resolvia o problema gerado pela greve, causando transtornos ao tráfego e pondo em risco suas vidas. Uma chuva que principiou por volta das 16h30m, obrigou as pessoas a correrem de um lado para outro a procura dos raros táxis que passavam vazios ou tentando proteger-se do aguaceiro. Enquanto um destacamento da Polícia Militar se concentrava na porta da Delegacia Regional do Trabalho para evitar distúrbios, populares permaneciam sob as marquises dos edifícios, comentando a greve, a maioria considerando justa a reivindicação dos motoristas¹⁹.

É importante destacar que essa greve dos motoristas teve um amplo apoio da população recifense. O depoimento do jornalista do DP que fez toda a cobertura do movimento é revelador: “De uma maneira geral, as pessoas que testemunhavam os acontecimentos mostraram simpatia com a causa dos grevistas, se bem que muitas condenaram a violência às vezes usada nos piquetes”²⁰. O clima de tensão presente nas ruas do Recife era passado para o interior das empresas e assim vice-versa. O motorista José Leandro da Silva contou, por exemplo, que, logo pela manhã, um chefe do setor chegou gritando para aqueles que estavam no dentro das garagens: “quem não for trabalhar agora vai ser demitido. Vocês têm que reagir junto com os soldados. Levem cano de fero, cacete, mas têm que ir à rua. Quero todo mundo lá na rua!”. O motorista lembrou que grande parte dos motoristas que ali estavam acabaram obedecendo. Entretanto, o primeiro elétrico que saiu voltou logo em seguida: ao entrar no centro do Recife, o trole foi puxado e o ônibus sem

¹⁷ GREVE CONTINUA... Op. cit..

¹⁸ MOTORISTAS VOLTAM os ônibus, mas com os 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 2 jun. 1979.

¹⁹ MOTORISTAS VOLTAM os ônibus, mas com os 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 2 jun. 1979.

²⁰ DETIDOS CINCO motoristas de ônibus no Dops. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-7, 1 jun. 1979.

energia, não pôde continuar. “Quando desci para botar a ‘banana’ no lugar o pau cantou. Os policiais que estavam comigo apanharam mais do que eu. Resultado: tive de recolher, porque não vou arriscar a minha vida”²¹. Da mesma maneira como estava ocorrendo com a greve dos professores, o governo e os patrões estavam procurando associar a greve dos motoristas também à existência de “forças estranhas” à categoria.

Para o governo, a situação em que se encontra a RMR, além de inusitada era bastante incomoda: professores da rede privada e oficial em greve, o principal meio de transporte da cidade parado, inúmeros trabalhadores sem possibilidade de chegar ao trabalho, comércio em prejuízo, e, o mais importante, significativos setores da sociedade a favor dos grevistas. No caso da greve dos professores, por exemplo, o JC relatou que num colégio do bairro do Engenho do Meio, 70% dos professores compareceram às salas de aula, mas nada puderam fazer porque os alunos no lado de fora impediram a entrada de seus colegas. Os alunos juntamente com diversas mães fizeram piquetes na porta de entrada do colégio chamando de “puxa saco” qualquer estudante que tentava assistir aula²². O apoio dos alunos ao movimento grevista dos professores pode ser visto, por exemplo, na seguinte fala: “O Governo está fazendo um centro de convenções luxuoso e investindo muito em Suape. Como é que não pode dar o aumento dos nossos mestres?”²³.

Em seu segundo dia de greve, os professores se reuniram a fim de estabelecer qual seria a principal estratégia a ser adotada no decorrer da greve. Após muitas discussões, ficou estabelecido que, preferencialmente, a estratégia ocorreria sob duas formas: a realização de visitas de pequenos grupos às diversas escolas da RMR na busca de conquistar novas adesões para o movimento, de um lado; e a realização de uma vigília permanente à frente da Secretaria de Educação até que fossem atendidas as reivindicações da categoria, de outro. As vigílias diárias dos professores mudaram o cenário do centro do Recife. De noite ou de dia podiam-se ver na calçada da Secretaria de Educação a presença de inúmeros professores e diversas faixas presas espalhadas pelas ruas, microfones ligados o dia todo, centenas de colchões e de esteiras, sons de bongôs e de violões, e, nas horas vagas, ciranda, brincadeiras de salão etc.. É importante destacar que não apenas o ritmo da cidade, ou melhor, da população, mudou com a deflagração das greves dos professores e dos motoristas. Mas também a dos próprios

²¹ GREVE CONTINUA... Op. cit., grifo nosso.

²² GOVERNO resolve parar as suas escolas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 1 jun. 1979.

²³ COM OU SEM diálogo vigília continua firme. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 10 jun. 1979.

grevistas. O JC, por exemplo, fez uma pesquisa com os professores/grevistas para saber como eles estavam vivendo. De acordo com a pesquisa, enquanto uns diziam estar tudo bem, outros afirmavam que suas vidas mudaram muito; os hábitos foram totalmente modificados e os horários, antes tão certos, no decorrer da greve inexistiam²⁴.

No final da tarde do dia 1º de junho, realizou-se na DRT uma reunião com os proprietários das empresas de ônibus e os representantes dos trabalhadores com o objetivo de negociar o fim da greve dos motoristas. Após horas de discussão, os patrões lançaram a proposta de um aumento salarial de 80% (40% para serem pagos imediatamente e os 40% restantes dentro de 30 dias). Os motoristas de ônibus aceitaram a proposta e se comprometeram a voltar imediatamente ao trabalho. O acordo foi bastante comemorado pelos motoristas. Para eles, o saldo da greve foi positivo. Além do ganho concreto, a deflagração da greve serviu tanto de aprendizagem quanto demonstração de força e união da categoria²⁵.

Dois dias após ter mediado esse acordo entre os motoristas e os donos das empresas de ônibus, o governo se viu diante de uma nova greve no estado: a dos médicos residentes²⁶. Como já destacamos anteriormente, estes já tinham parado as suas atividades, por 24 horas, no dia 22 de maio. Uma vez que, durante o período do dia 22 de maio até o dia 2 de junho, não houve resposta do governo para o atendimento das reivindicações dos residentes, estes decidiram parar novamente as atividades dos hospitais Barão de Lucena, Agamenon Magalhães, do INAMPS, Pedro II, no dia 3 de junho – desta vez, por tempo indeterminado. No dia 5 de junho, os professores de colégios particulares e os seus empregadores chegaram a um acordo no TRT encerrando a greve que já durava uma semana. O acordo estabeleceu um reajuste de 58% sobre os atuais salários dos professores. O resultado, entretanto, não agradou aos professores, nem aos diretores. Os primeiros não estavam satisfeitos porque inicialmente pretendiam um aumento de 85% e obtiveram 58%, enquanto os empresários alegaram que iriam pagar o referido aumento “*com a corda no pescoço*”²⁷.

Enquanto os professores do ensino particular encerravam a sua greve, a Secretaria de Educação de Pernambuco realizava esforços no sentido de neutralizar os focos grevistas na área do ensino oficial. No dia 7, por exemplo, o secretário Joel Holanda divulgou um edital no DOU, fixando um prazo de 48 horas para que os professores/grevistas da rede oficial

²⁴ PIQUETES BLOQUEIAM escolas particulares. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 3 jun. 1979.

²⁵ MOTORISTAS VOLTAM aos ônibus, mas com os 80%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 2 jun. 1979.

²⁶ 200 MÉDICOS vão parar hoje. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 3 jun. 1979.

²⁷ ACORDO ENCERRA greve de professores. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 6 jun. 1979.



reassumissem as suas funções em suas unidades de ensino, sob pena de sofrerem as punições previstas em lei – que iam de advertência a demissão. Entretanto, apesar da divulgação desse edital, os professores não se intimidaram e decidiram permanecer em greve e em vigília, na calçada do prédio da Secretaria de Educação. As ameaças de demissão tiveram um efeito contrário daquele proposto pelo Secretário de Educação, isto é, “[...] *serviram para unir mais o movimento e aumentar as adesões, inclusive de diversos professores efetivos*”²⁸. Diferentemente dos professores da rede privada que encerram a greve em menos de uma semana, os professores da rede oficial, demonstrando uma surpreendente força de resistência e de perseverança, arrastaram a greve por mais de um mês. Durante todo o período em que vigorou o movimento, os professores da rede oficial permanecerem – mesmo que exaustos e com vários problemas de saúde –, dia e noite, em vigília, na frente da Secretaria de Educação, como uma forma de pressionar o governo para solucionar os problemas da categoria.

O final do mês de junho e início de julho foi de refluxo do movimento grevista em Pernambuco. Durante esse período, encerraram-se as duas greves que estavam em vigência no estado. A primeira foi a dos residentes. Estes suspenderam, no dia 19 de junho, a greve que tinha sido deflagrada desde o dia 22 de maio. A decisão de terminar com o movimento grevista foi tomada em assembléia na noite do dia 18, após os residentes ficarem sabendo que o ministro da Previdência não iria puni-los pelos dias que ficaram sem trabalhar e que suas faltas seriam abonadas. A idéia dos residentes era terminar com a greve naquela ocasião, mas também, ao mesmo tempo, continuar com a luta em defesa da carteira profissional assinada.

A segunda greve que foi encerrada durante esse período foi a dos professores da rede oficial de ensino. A decisão foi tomada, no dia 4 de julho, em uma assembléia, realizada na Matriz de São José. Além da suspensão da greve, os docentes aprovaram seis itens: a continuidade do movimento reivindicatório; a complementação de carga horária no segundo semestre letivo; a não aceitação de nenhuma forma de punição, como desconto salarial, suspensão, demissão, transferência etc., vez que qualquer medida dessa natureza atingiria toda a classe; e a ativação dos comandos regionais, visando conscientizar a opinião pública acerca do movimento²⁹. A fala de um professor/grevista releva-nos o porquê da suspensão da greve: “*Paramos agora, não porque o Governo quis, mas porque a classe achou que este é o*

²⁸ PROFESSORES ACUSAM governador de omissão. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 8 jun. 1979.

²⁹ MESTRES SUSPENDEM por noventa dias movimento grevista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 5 jul. 1979.

*momento de discutir e refletir. [...] a greve não é um fim, mas um instrumento de que o movimento dos professores dispõe para alcançar seus objetivos”*³⁰. Como se pode perceber, para grande parte dos professores da rede oficial, longe de um sentimento de derrota, o resultado da greve foi bastante positivo.

No dia 21 de agosto de 1979, Pernambuco vivenciou a sua quarta greve urbana no pós-64. Como já destacamos anteriormente, a primeira greve no Estado foi a dos médicos-residentes. A segunda a dos professores da rede privada e oficial do Estado. A terceira a dos motoristas de ônibus. E agora a dos motoristas de caminhões e carretas. A partir do mês de junho – quando foi concedido o aumento salarial dos motoristas de ônibus da RMR – um grupo de caminhoneiros começou a mobilizar a categoria a pressionar os patrões a concederem o mesmo percentual de aumento dado aos motoristas de ônibus. Os caminhoneiros consideravam injusta uma divisão de salários dentro de uma mesma categoria profissional – isto é, a categoria de motorista. Durante os meses de junho, julho e início de agosto, esse pequeno grupo de caminhoneiros realizou – à revelia de sua entidade sindical – um intenso trabalho de mobilização, organização, conscientização e preparação da categoria para a greve. Após inúmeras recusas dos patrões em concederem o aumento salarial, os caminhoneiros decretaram greve geral da categoria no dia 21 de agosto.

A estratégia adotada pelos caminhoneiros foi a paralisação total das atividades, com a concentração de toda a categoria no Porto do Recife. Apesar da presença de policiais no local, segundo relatos do JC, percebia-se um clima de “bom humor” e “descontração” entre os caminhoneiros. Durante todo o primeiro dia de paralisação, os motoristas ficaram reunidos em grupos, conversando, contando piadas e comentando acerca do movimento. Esta forma “descontraída” do movimento, sem piquetes, sem violência, foi uma estratégia dos próprios caminhoneiros para evitar que atritos e provocações desencadeassem uma repressão policial. Indagado pelo jornalista do JC se os caminhoneiros estariam realizando piquetes, um dos líderes do movimento respondeu: “*Não se fez piquete. Nós apenas amarramos pneus – só de manhã foram uns 40 – porque piquete é negócio para cacete, violência*”³¹.

Uma vez que no Estado de Pernambuco o principal meio de transporte utilizado pela economia eram os caminhões, a estratégia adotada pelos caminhoneiros foi então ficar parado

³⁰ PROFESSORES ENCERRAM a greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 5 jul. 1979.

³¹ CAMIONEIRO MANTÉM greve e faz uma nova exigência. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 23 ago. 1979.

no Cais do Recife, aguardando o tempo necessário para que a população sentisse o desabastecimento – sobretudo daqueles produtos considerados essenciais, entre os quais se incluem os gêneros alimentícios, o abastecimento aos hospitais e a distribuição de gás de cozinha e combustível –, e pressionassem o governo e/ou os patrões a concederem o aumento proposto pela categoria. A greve dos caminhoneiros encerrou-se no dia 24 de agosto, após uma reunião na sede da FIEP, com a presença do governador Marco Maciel, líderes dos caminhoneiros e empresários. Na ocasião foi decidido um aumento salarial de 76%, sendo 46% imediatamente e os 30% restantes dentro de 60 dias ³².

A quinta greve urbana ocorrida no Estado de Pernambuco no pós-64 teve início no dia 29 de outubro de 1979 com a paralisação das atividades dos funcionários da CELPE. Desde o início de outubro, os eletricitários vinham realizando diversas assembléias – é importante dizer, sem a participação da direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – e reivindicando junto ao governo um reajuste salarial acima dos 50% proposto para a categoria naquele ano.

Na manhã do dia 29 de outubro, um pequeno grupo de funcionários da CELPE não entrou na empresa para trabalhar. Estes trabalhadores decidiram ficar reunidos em frente ao edifício-sede da empresa até que conseguissem uma reunião com a diretoria para discutir as questões salariais da categoria. Os eletricitários que chegavam para iniciar as atividades também foram se juntando ao pequeno grupo e se aglomerando em frente da empresa. Com a divulgação da notícia, pelos corredores da CELPE, da existência de um grupo de trabalhadores aglomerados em frente ao prédio da empresa, diversos funcionários que estavam dentro da CELPE em horário de expediente começaram a desligar as máquinas e “cruzar” os braços. À tarde, nenhum carro da manutenção foi à rua. Só rodaram os veículos que tinham saído no período da manhã. No início da tarde, a paralisação era total.

Pela forma como se iniciou esse movimento, percebe-se o caráter espontâneo do desencadeamento da greve dos eletricitários. A decisão para paralisação do trabalho não se deu por uma iniciativa da entidade sindical, mas nasceu de uma decisão “espontânea” dos próprios trabalhadores que foram parando as suas atividades durante toda a manhã do dia 29. No final da tarde deste dia, 150 homens e 20 viaturas da Polícia Militar cercaram o edifício-sede da CELPE e solicitou a retirada imediata de todos os funcionários do local. Após muita

³² TERMINA A GREVE dos camioneros. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 25 ago. 1979.

confusão, os eletricitários decidiram esvaziar o prédio, mas não concordaram em voltar ao trabalho. Reuniram-se durante toda a noite numa praça próxima à CELPE. No final da reunião, os eletricitários chegaram a conclusão que no dia seguinte todos os funcionários da empresa assinariam o ponto de entrada e permaneceriam no local de trabalho, mas sem trabalhar. Esta estratégia foi definida assim por um dos grevistas: “*A polícia que nos expulsou esta tarde, não poderá fazê-lo se estivermos na hora do expediente*”³³.

Um aspecto que nos chamou bastante atenção em relação à greve dos eletricitários foi a falta de apoio da população. Diferentemente das greves ocorridas em outras atividades no ano de 1979 em que houve uma participação significativa de amplos setores da sociedade, a greve dos eletricitários – apesar do maciço apoio dos políticos do MDB-PE – foi bastante criticada por grande parte da população recifense. O DP noticiou, por exemplo, o caso de uma dona-de-casa que se dirigiu aos líderes do movimento, acusando-os de tentarem obter melhores salários à custa do sofrimento do povo. Em diversas ocasiões – na maioria das vezes sem sucesso – os líderes do movimento se pronunciaram à imprensa explicando os motivos que levaram a categoria a deflagrar a greve. Como argumentou um eletricitário: “*Mas é preciso que a população compreenda que só com a luta podemos conseguir alguma coisa. A culpa não é nossa, e muita gente inocente está pagando por ela*”³⁴.

Como se pode perceber, os eletricitários tiveram inúmeras dificuldades durante o curso da greve. Tiveram que enfrentar a intransigência da diretoria em negociar, a repressão policial, a decretação da ilegalidade do movimento – uma vez que a CELPE era considerada um setor de atividade essencial, sendo proibida por lei um movimento paredista – a falta de apoio da população etc. Entretanto, apesar de todas as dificuldades, os eletricitários permaneceram firmes na continuidade do movimento. Isto pode ser visto, por exemplo, na seguinte fala de José Ferreira Lima, um dos líderes do movimento, ao declarar, com o megafone em punho, no segundo dia da greve, aos demais trabalhadores à frente da CELPE: “[...] *estou ameaçado em minha liberdade pessoal. Se sair daqui poderei ser preso. Não estou com medo da prisão, e sim de que o movimento se esvazie*”³⁵.

No dia 31, os funcionários da CHESF também pararam as suas atividades. Na manhã desta quarta-feira, os funcionários, que chegavam para trabalhar, foram se concentrando em

³³ GREVE SEM INCIDENTES, mas a energia está por um fio. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-13, 30 out. 1979.

³⁴ CELPE DEMITE cinco funcionários grevistas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 31 out. 1979.

³⁵ CELPE DEMITE... Op. cit..



frente da empresa, como uma forma de demonstrar solidariedade ao movimento iniciado pelos eletricitários da CELPE, mas, ao mesmo tempo também, de reivindicar melhores condições de trabalho e salário. Em um determinado momento desta concentração, os mais de três mil funcionários presentes, ouviram um colega de trabalho, utilizando um megafone, perguntar do alto de uma carroçaria se a classe concordaria em entrar em greve. Sob “gritos de viva”, todos ergueram as mãos concordando com idéia da greve³⁶. Com a chegada do Batalhão de Choque da Polícia Militar, os eletricitários deram-se as mãos passaram a gritar: “*O povo unido jamais será vencido*”. Em seguida, os trabalhadores formaram um cordão de isolamento para proteger os membros da comissão de salários e conduzi-los até aos carros estacionados perto do prédio da CHESF.

Os funcionários da CHESF permaneceram cinco dias em greve. No dia 4 de novembro, o presidente da empresa divulgou a concessão de aumentos salariais escalonados que variavam de 81,35 a 53%. Segundo a comissão de greve, esse foi o maior aumento salarial já alcançado pela categoria³⁷. No dia 12 de novembro, Marco Maciel deu o primeiro passo para negociar o fim da greve na CELPE. Isto é, afastou o diretor-presidente Murilo Paraíso das negociações e colocou à frente o secretário de Transportes, Energia e Comunicações, Antão de Melo³⁸. Este, além de ter boas relações entre os eletricitários, era conhecido também pelo seu poder de argumentação e flexibilidade. Para que se iniciassem as negociações, a exigência que fora imposta por Antão de Melo aos eletricitários foi à formação de uma nova comissão de negociação entre os trabalhadores. Após uma rápida votação, a decisão foi aceita e, no mesmo dia 12, se formou uma nova comissão de negociação que logo tratou de marcar uma reunião com o secretário para o final da noite.

Na manhã do dia 13, os líderes do movimento levaram para os trabalhadores que estavam acampados em frente ao edifício-sede da CELPE os resultados da negociação da noite anterior: abono de todas as faltas dos grevistas, concessão de reajuste salarial escalonado de 75% até o índice do governo, estabelecendo o piso salarial em Cr\$ 5.076,00, e comprometimento de indenização dos cinco funcionários que faziam parte da primeira comissão de negociação – demitidos no segundo dia do movimento –, readmitindo-os em outro órgão da administração indireta do Governo Estadual, assegurando-lhes ainda um ano

³⁶ GREVISTAS DA CHESF mantêm fornecimento de energia normal. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 1 nov. 1979.

³⁷ GREVE NA CELPE caminha para conciliação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 6 nov. 1979.

³⁸ GOVERNO DECIDE intervir na greve da Celpe. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 13 nov. 1979.



de estabilidade ³⁹. Após uma rápida votação, os eletricitários decidiram aceitar as proposta da CELPE e à volta imediata ao trabalho. Encerrava-se, assim, em seu décimo quinto dia, a primeira greve dos eletricitários de Pernambuco no pós-64.

No dia 19 de novembro de 1979, após a realização de uma assembléia, que durou mais de duas horas e contou com a presença de inúmeros estudantes e mais de 400 professores dos 1.875 em exercício, os docentes da UFPE decidiram aderir, por tempo indeterminado, ao movimento grevista ocorrido nas universidades federais do país até que as suas reivindicações fossem aceitas. Os professores exigiam aumento salarial de 48%, reestruturação da carreira do magistério e 12% do orçamento federal para a educação ⁴⁰. No dia 27, após a realização de uma assembléia geral, os professores da UFRPE também decidiram aderir à greve nacional. Na ocasião, os docentes lançaram um comunicado à imprensa, explicando o motivo de adesão da categoria à greve nacional. Na tarde do dia seguinte, os professores dessa universidade, juntamente com os alunos e docentes da UFPE, realizaram uma manifestação pública, na Praça da Independência (centro da Recife), visando informar a população sobre o motivo da paralisação de suas atividades ⁴¹. Além dos professores das duas instituições federais, falaram também os representantes das Associações Docentes, estudantes, lideranças estudantis, representantes da Associação de Pais e Alunos, do PT e do PMDB.

Uma das principais características da greve dos professores universitários foi a flexibilidade existente no próprio movimento. Diferentemente das outras greves ocorridas durante o ano de 1979 no Estado de Pernambuco, os professores não realizaram piquetes, tampouco o comando geral do movimento determinou a forma ou o modo de paralisação das atividades. As lideranças da greve deixaram a critério de cada unidade escolar ou professor dar aula ou não. Segundo informações coletadas e divulgadas pelo JC na edição do dia 2 de dezembro, na UFRPE – que tinha cerca de 400 professores – a adesão ao movimento grevista tinha sido total e na UFPE apenas 40 professores tinham “furado” a greve. A estratégia que foi adotada nestas duas universidades foi a paralisação das atividades docentes, mas com o

³⁹ CIDADE EM PAZ. É a greve da Celpe que chega ao fim. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-8, 14 nov. 1979.

⁴⁰ DOCENTES DA UFPE acompanham greve por mais 48%. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 20 nov. 1979.

⁴¹ PROFESSOR PROMOVE manifestação para informar o povo sobre greve. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 29 nov. 1979.



comparecimento de todos professores, durante todos os dias, à universidade para se reunirem, discutirem e avaliarem o andamento do movimento grevista.

No dia 8 de dezembro, isto é, no décimo terceiro dia do movimento, os professores da UFRPE, reunidos em Assembléia Geral, decidiram encerrar a greve, mesmo antes do atendimento de suas reivindicações. A interrupção da greve se deu pelo atendimento aos apelos dos concluintes que dependiam da realização das provas finais para se formarem e se preocupavam com a aproximação do término do ano letivo. De acordo com o comando geral de greve desta universidade, a suspensão do movimento mesmo antes que fossem atendidas as reivindicações dos docentes não queria dizer que eles estivessem vencidos. Segundo eles: “[...] *a luta continua*”⁴². Numa movimentada assembléia, realizada no auditório do CCSA, na tarde do dia 10 de dezembro, cerca de 600 professores da UFPE decidiram – por unanimidade – seguir o mesmo rumos dos docentes da UFRPE e assim terminar o movimento grevista iniciado há 23 dias. Com o movimento paredista, os professores conquistaram a aprovação do Decreto de reestruturação da carreira do Magistério e a concessão de mais verbas para a educação, mas não conseguiram o aumento semestral.

É importante destacar que, mesmo que as reivindicações não tenham sido totalmente atendidas, o movimento foi, na visão de grande parte dos professores/grevistas, amplamente vitorioso, política e sindicalmente, pois demonstrou um alto nível de organização da categoria, com a mobilização de todas as universidades federais do país, especialmente com uma média de 90 a 95 por cento de adesão dos professores. Reunidos em Brasília, em uma assembléia nacional, no dia 11 de dezembro, o comando nacional de greve dos professores decidiu – por unanimidade – suspender a greve, a partir da zero hora do dia seguinte, em todo o território nacional. De acordo com um dos participantes da assembléia nacional, a decisão de parar com a greve se deu com base nas deliberações das assembléias gerais ocorridas nas universidades federais de todo o país, concluindo o comando nacional de greve que algumas conquistas tinham sido obtidas – a mais importante a da mobilização, organização e união da categoria – e que, de uma maneira geral, a paralisação já tinha esgotado o seu potencial de conquistas⁴³.

⁴² MESTRES DA UFRPE encerram greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 10 dez. 1980.

⁴³ GREVE DOS MESTRES está suspensa desde zero hora de hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-1, 12 dez. 1980.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas investigações indicaram que, de uma maneira geral, o Estado, devido a sua condição de gestor público, foi o agente que maior recebeu o impacto das reivindicações dos trabalhadores pernambucanos durante as greves de 1979. Ou seja, o Estado, na sua função ideológica de “provedor” do conjunto da sociedade, foi identificado como alvo a ser atingido pela pressão das greves. Estas atravessaram o Estado, de lado a lado, e isto aconteceu, segundo Nicos Poulantzas, porque as reivindicações dos trabalhadores não se deram fora do Estado, mas sim em seu interior, nas lutas que o submergem constantemente ⁴⁴.

Diferentemente do que se possa imaginar à primeira vista, as greves urbanas de Pernambuco não foram apenas econômicas. Na medida em que os trabalhadores pressionaram o governo pela solução de suas reivindicações, contestaram, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico da ditadura. O fato de uma pauta de reivindicações conterem itens mais voltados para o aspecto econômico não significa, portanto, que as reivindicações não tenham também o seu aspecto político.

A nosso ver, uma vez em que os protestos emergidos por esses movimentos grevistas em Pernambuco tiveram um claro objetivo de identificar à figura do Estado (isto é, do regime militar) o alvo do conflito, eles acabaram por se tornar, portanto, num elemento-chave desse processo, constituindo-se em um importante ingrediente na erosão da ordem autoritária, favorecendo a transição e consolidação da democracia no país. Embora seja difícil de mensurar o real impacto dessas greves na mudança institucional, é importante reconhecer a abertura de espaços democráticos que as lutas dos trabalhadores propiciaram, quer tornando mais flexíveis os controles autoritários sobre a sociedade, quer estimulando os valores participativos e uma coalizão difusa contra o regime instalado no país. Para concluir este trabalho talvez devamos lembrar as palavras de Edward Thompson:

[...] os trabalhadores não deveriam ser vistos apenas como miríades de eternidade perdida. Eles também cultivaram [...], e com incomparável firmeza, a Árvore da Liberdade. Talvez lhes devamos ser gratos por esses anos de cultura heróica ⁴⁵.

⁴⁴ POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 162.

⁴⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 440.



REFERÊNCIAS

Diário de Pernambuco, 1979.

Jornal do Commercio, 1979.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 129-153, jun. 1995. p. 133-134.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

